



por Prof. Vítor Murtinho e Prof. António Bettencourt
Universidade de Coimbra

reabilitar é renovar a vida: habitar no Bairro Norton de Matos em Coimbra

“ Colocamos as coisas de forma concreta, primeiro mentalmente, depois na realidade. E vemos como reagem umas com as outras. E todos sabemos que reagem umas com as outras! ”

Peter Zumthor¹

Inicialmente denominado como Bairro Económico do Calhabé, ainda antes de inaugurado, esta operação urbana em Coimbra recebeu simbolicamente o nome de Bairro Marechal de Carmona em homenagem deste estadista português, no âmbito do seu octogésimo aniversário, a 24 de novembro de 1949. Posteriormente, e decorrente do processo revolucionário de abril de 1974, esta zona residencial, edificada no sítio conhecido como Planalto da Quinta da Cheira, seria rebatizado de Bairro Norton de Matos (BNM).²

Este empreendimento, atualmente localizado em zona privilegiada da cidade, que poderá eventualmente ter servido para absorver uma pequena parte dos habitantes da grande expansão universitária levada a cabo pelo governo na Alta da cidade de Coimbra, estava enquadrado na política do Estado Novo de promoção de habitação social.³ Mas principalmente, acabou por ser um bairro com características algo seletivas, vocacionado para a classe média, preferencialmente habitado por funcionários públicos, com algumas posses e próximos, em muitos casos, dos órgãos de decisão e do poder.

O BNM é um projeto do arquiteto Januário Godinho (1910-1990)⁴, que obedece a um plano reticulado orientado segundo os pontos cardeais dominantes e que estabelece a valorização daquele pedaço de cidade, já que no seu desenho integra alguns dos elementos que compõem e melhor caracterizam a paisagem urbana como, por exemplo, a rua e a praça.

Na sua maior extensão, o projeto desenvolvido por Januário Godinho é composto por habitações unifamiliares, construídas no final da década de quarenta.⁵ O desenho urbano da proposta foi uma ajuda na concretização de uma lógica propagandista do próprio Estado Novo, que fazia um discurso assente no pressuposto de que a cada família haveria de corresponder uma casa própria, fosse ela no contexto da cidade ou nos arredores próximos. Idêntico plano seria desenvolvido em Lisboa por Faria da Costa, de Urbanização da Encosta da Ajuda (Restelo)⁶, com moradias unifamiliares para a burguesia, com maior dimensão e integrado no Plano Diretor desta cidade (1938-1948), da autoria, tal como o plano de urbanização de Coimbra, de Étienne Gröer.⁷

Já no final da década de cinquenta é implementada uma segunda fase de urbanização, situada no topo poente do BNM, sendo composta por alguma habitação coletiva de baixa altura mas com espaços verdes, intersticiais, com percursos exclusivamente pedonais, que coincidem com as orientações mais progressistas que se iam fazendo nalguns pontos do país e que no caso de Coimbra – conjuntamente com o Bairro da Solum – é dos exemplos que mais se aproximam dos preceitos urbanísticos exarados na Carta de Atenas por Le Corbusier.⁸

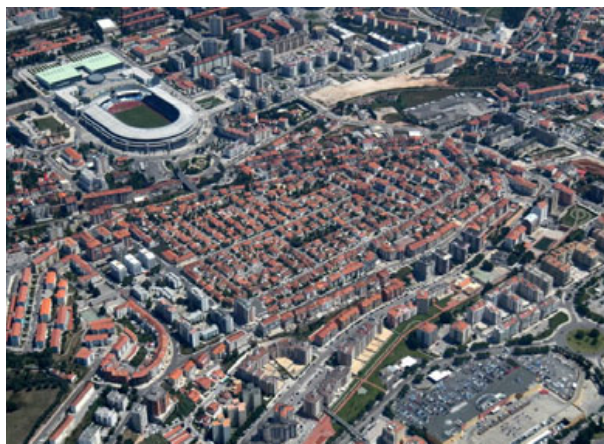
¹ Citação extraída de Atmosferas, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2006, p. 25.

² José Norton de Matos foi opositor ao Marechal Carmona nas eleições de 13 de fevereiro de 1949. Todavia, apesar do grande apoio popular, temendo fraudes eleitorais e represálias, este desistiu de disputar a presidência da República.

³ Esta política havia sido iniciada através do Decreto-Lei nº 23052 de 23 de setembro de 1993, onde se autoriza a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos do estado. Ao abrigo destas diretivas foram inaugurados os bairros da Ajuda e do Arco do Cego, em Lisboa, e o da Arrábida, no Porto. No caso de Coimbra, esta política teve grande incremento na década de quarenta e continuou na seguinte, com a construção de bairros como o do Loreto, das Sete Fontes (Celas), da Fonte do Castanheiro, da Conchada, Marechal Carmona (Norton de Matos), de Santa Clara, de S. Jerónimo (Cumeada) e Lomba da Arregaça (ver Santana, Ana Paula, "Génese e desenvolvimento da habitação social em Coimbra", Cadernos de Geografia, nº 17, FLUC, Coimbra, 1998, p. 195).



↑ **Planta do Bairro das Casas Económicas do Calhabé (Bairro Norton de Matos) em Coimbra, projeto de Januário Godinho**



↑ **Vista aérea do Bairro Norton de Matos com Estádio Municipal ao fundo.**

Curiosamente numa mesma zona da Cidade – BNM – acabamos por ter dois empreendimentos que correspondem a dois modos totalmente diferentes de fazer cidade. Um que aposta na diversificação do construído numa lógica de dispersão e de uniformidade, com espaços verdes mas privados e um outro com concentração de edificado de modo a potenciar ao máximo os espaços verdes de acesso público. Esta é a contradição, que vamos encontrar inúmeras vezes, de um regime que induz a um tipo de arquitetura de caráter nacionalista/tradicionista e, por outro lado, promove uma arquitetura de matriz moderna. Esta tensão faz com que, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, existam obras formalmente tão díspares como é, por exemplo, em Coimbra, o edifício da Faculdade de Letras (1945 – 1951) e o Edifício da AAC (c.1954 – 1962), ambos os projetos feitos pelo mesmo arquiteto, Alberto José Pessoa (1919-1985). A mesma demagogia

que permite desenvolver um programa nacional de recuperação do património histórico, os designados Monumentos Nacionais possibilita, paralelamente, iniciar um processo de demolição consistente da Alta da Cidade de Coimbra, destruindo irreversivelmente um vasto leque de edifícios históricos e redesenhando toda aquela importante parte urbana. Curiosamente, no contexto atual, essa mesma operação foi reconhecida pela Unesco e integrada na zona classificada como Património Mundial no âmbito da parte física do conjunto histórico-cultural designado como Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, em 22 de junho de 2013.

Em termos gerais e num contexto do período antecedente à Segunda Guerra Mundial, a questão da habitação é um problema candente que o regime pretende explorar em termos sociais, mas sobretudo obter – com isso – enormes ganhos políticos. Se bem que a operação urbanística do BNM tenha de ser entendida num contexto de alguma dinamização construtiva em várias frentes com predomínio da de habitação social, a verdade é que esta intervenção, pela importância que adquire na própria cidade de Coimbra, constitui um bom caso de estudo por se tratar de um conjunto edificado que, no tempo, tem sabido resistir com excelência às novas formas do habitar contemporâneo.

Topograficamente o BNM ocupa um planalto, localizado na parte sul desta cidade, correspondendo a uma plataforma de configuração trapezoidal.⁹ A solução preconizada para o BNM por Januário Godinho é, marcadamente, uma mescla entre a urbanidade necessária e a ruralidade possível. O modelo, de moradia com espaço ajardinado, compatibiliza um desenho estruturado e marcadamente cidadão com o bucolismo das memórias que os espaços verdes privados certamente ajudam a recriar, pelo que os espaços abstratos e reticulados das estruturas urbanas são temperados por zonas íntimas de contacto com a natureza e indutoras de ímpares experiências sensoriais.

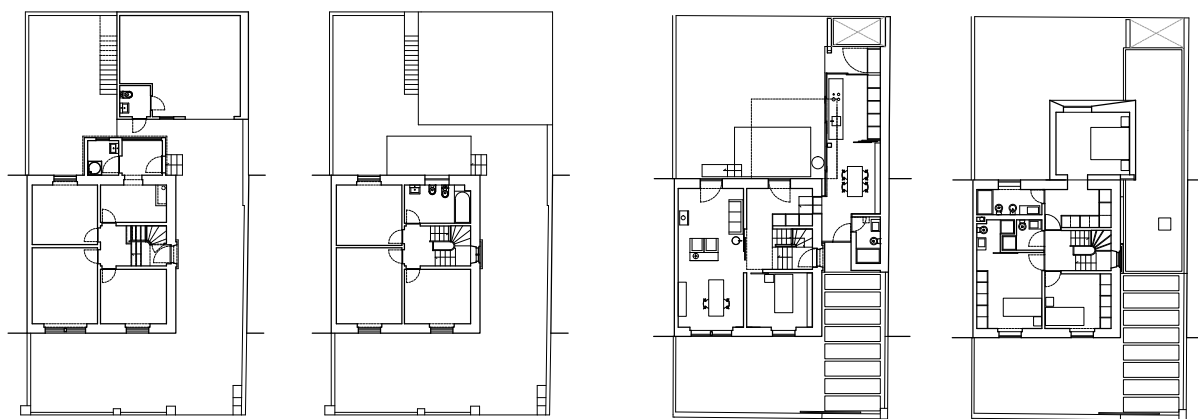
4 Ver Afonso, João (editor), *Inquérito à Arquitectura Portuguesa do Século XX em Portugal*, Ordem dos Arquitectos, Lisboa 2006, p. 129.

5 As obras de construção das moradias começaram em 1947, conforme notícia, em capa, o jornal *A Voz do Calhabé* a 30 de janeiro desse ano (nº 349), dando a informação da adjudicação do empreendimento. A 30 de outubro de 1949 (nº 431), o mesmo jornal noticiava já a ocupação das primeiras casas.

6 Outro plano, o de Alvalade, seria desenvolvido na década de quarenta pelo mesmo arquiteto, Faria da Costa, e que correspondia a uma operação de habitação multifamiliar de larga escala, desenvolvido em cerca de 25 anos, constituindo um inovador estaleiro para múltiplas inovações técnicas, urbanísticas e arquitetónicas (Portas, Nuno, "A Arquitectura da Habitação no Século XX Português" in *Arquitectura do Século XX – Portugal*, Prestel, Frankfurt am Main, 1998, p. 119).

7 Tostões, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, FAUP edições, Porto, 1997, pp. 52 a 59.

8 Essa zona do BNM é composta por um único quarteirão onde estão implantados nove blocos de habitação coletiva, com alturas que variam entre os três e os cinco pisos, sendo da autoria do arquiteto Jorge Albuquerque (sobre esta intervenção ver Correia, Jorge Paulo, *Bairro das Caixas – Coimbra*, FCTUC, Coimbra, 2003).



↑
Plantas da moradia (r/c e andar), como estava antes da reabilitação e onde é facilmente perceptível as partes originais e os acrescentos exteriores posteriores

↑
Plantas do projeto (r/c e andar) com reabilitação das partes originais e ampliação da moradia.

Nesse limbo, estabelecem-se harmonias entre o artificial e o natural, entre a regularidade imposta e a aparente rusticidade.

Inicialmente, a toponímia das ruas era constituída por letras do alfabeto, mas posteriormente, por questões de bom-senso e também devido ao nome que o Bairro ostentava – Marechal Carmona –, estas foram substituídas pela denominação das colónias portuguesas da altura ou por figuras ilustres do período dos Descobrimentos (Rua de Angola, Rua de Macau, Rua de Moçambique, Rua Vasco da Gama, Rua Pedro Álvares Cabral, entre outros). Esta decisão é ilustrativa de um ambiente narrativo dos feitos históricos nacionais e de uma apoteose do designado império português.

Culturalmente, o regime fez a promoção de uma identidade nacional que, em parte, coincidiu com legitimação de uma imagem arquetípica de uma construção com a qual as pessoas se revissem e descobrissem nela algo que poderia corresponder a uma herança ancestral que, de algum modo, pudesse ajudar a conformar um gosto, reconhecido como mais local. Curiosamente, o mesmo regime que fomentava um tipo de construção com formas conservadoras e de matriz vernacular, levado muitas vezes a posições mais radicais onde o estereótipo da casa portuguesa de Raul Lino é disso um bom exemplo, permite a produção de uma arquitetura moderna e inovadora em alguma da edificação de iniciativa pública.

O plano de organização do espaço no BNM apresenta um desenho a régua e esquadro, privilegiando um projeto com dominância da ortogonalidade. Um plano que transmite uma ideia de ordem, sendo, ainda hoje, uma das zonas mais bem planeadas da cidade e uma das mais

agradáveis para aí se viver. A opção pela ortogonalidade permite uma orientação extremamente fácil no contexto do bairro, havendo o privilégio de alguns arruamentos relativamente a outros. Esta estratégia sublima, ainda mais, uma hierarquização do espaço público, reforçado através de algumas zonas que correspondem a praças e que de algum modo ajudam a descomprimir os arruamentos que, circunstancialmente, apresentam dimensões mínimas e pouco adequadas para a circulação automóvel e, certamente, impeditivas de que estes se cruzem no contexto da via. Estes arruamentos não possuíam passeios e eram destinados maioritariamente às moradias mais pequenas, já que as maiores estavam nas vias mais largas e com passeios adjacentes. Na prática, a estrutura viária hierarquizada do bairro, conjugada com a limitação dos pontos de relação com a cidade envolvente faz com que as circulações automóveis se façam mais por zonas de contorno e muito pouco através de atravessamento. Este desenho confere no espaço uma supremacia do peão relativamente aos veículos motorizados, permitindo uma clara delimitação da forma e uma grande autonomia deste bairro relativamente a toda a envolvente urbana.¹⁰

↓
Foto de obra com estrutura metálica do quarto do primeiro andar em destaque



¹⁰ Ver Esteves, Carlos Nuno, O Bairro Norton de Matos: um espaço urbano projetado para a cidade de Coimbra, FCTUC, Coimbra, 1994, p. 18

O trabalho de Januário Godinho de Almeida é, num panorama geral, bastante eclético, assemelhando-se um pouco ao tipo de produção que os melhores arquitetos faziam à época. No caso concreto dos projetos desenvolvidos no âmbito do BNM, a linguagem utilizada tenta ir um pouco ao gosto da época, aproximando-se em alguns aspetos ao tipo denominado, comumente, como "Português Suave" e tentando apresentar uma arquitetura regionalista, de matriz mais tradicional e vernacular. No desenvolvimento planimétrico da solução, é perceptível a preocupação em as unidades de habitação ficarem, preferencialmente, afastadas dos arruamentos com maior tráfego, favorecendo assim um zonamento natural e hierarquizado das funções. Nesse sentido, os espaços residenciais são desenvolvidos em espaços mais recatados e, obviamente, de maior intimidade. No caso das praças, elas aparecem em alinhamentos de ruas secundárias e nunca em enfiamentos das ruas principais.

No contexto do bairro, o espaço urbano sobrepõe-se ao construído. A morfologia urbana proposta, com lotes regulares, constitui a verdadeira essência imutável do espaço. Na realidade, o desenho de cada lote afirma-se como elemento padrão estabilizado, aguentando perfeitamente algumas alterações planimétricas desde que se respeitam princípios elementares como alinhamentos de ruas ou volumetrias de confinamento

com estas. Nesse propósito, aceita-se que dentro de alguns valores a estrutura dos espaços urbanos apresente uma forma justa, durável, perene, e que as moradias, partindo de determinadas premissas, possam ser encaradas como subsidiárias ou variáveis.

As casas do bairro apresentam todas um formato retangular, normalizado segundo os padrões previamente definidos e com pequenas variantes. Têm dois pisos habitáveis que são interligados por escadas estreitas de dois lanços com estrutura de madeira. Em termos gerais, durante a construção, as fundações foram levadas a uma cota suficiente para que, por escavação, facilmente se pudesse implementar o aproveitamento da cave sem perturbar a estabilidade do edifício.

Nos últimos tempos, devido essencialmente ao envelhecimento ou ao desaparecimento da primeira geração de ocupantes, as habitações têm sofrido inúmeras transformações, algumas com caráter de radicalidade. Estas alterações, designadamente o facto de ser possível, dentro de algumas premissas, a demolição das casas originais e a sua substituição por novas casas, mantendo globalmente as manchas de implantação e as cêrceas, tem feito com que, de algum modo, se venha a perder um pouco as características que favoreciam a homogeneidade do conjunto.

Melhorando a segurança, qualidade e performance

- Avaliação de Conformidade com Diretivas Europeias
- Agência de Inspeção Autorizada ASME - selos convencionais e nucleares
- Certificação de Equipamentos sob Pressão
- Inspeção na Origem
- Avaliação de Qualidade para Fornecedores Internacionais
- Certificação de Fabricação e Inspeção de Contentores
- Inspeção de Maquinaria Portuária
- Serviços de Estações de Tratamento de Águas
- Certificação de Materiais
- Certificação de Produto
- Certificação de Procedimentos de Soldadura e Soldadores
- Certificação de Sistemas de Qualidade para Soldadura
- Cursos de Formação standard e à medida

www.lr.org/inspecao-portugal



↑
Quarto do primeiro com aplicação dos materiais de revestimentos, designadamente estrutura de suporte para placas OSB e posterior aplicação de sistema ETICS



↑
Interior do quarto com aplicação de OSB e estrutura para aplicação de placas de gesso cartonado.

No BNM, as habitações eram divididas em duas classes (A e B) que por sua vez eram subdivididas em dois tipos (II e III), correspondendo, na totalidade, a quatro tamanhos.¹¹ que distinguia as quatro variantes de habitações era a sua dimensão volumétrica e, conseqüente, o programa interno distributivo, sendo a variante principal o número de quartos. Em geral, as moradias eram desenvolvidas por dois pisos, sendo possível a fácil implementação de uma cave (normalmente semienterrada já que o piso de r/c era por norma sobrelevado, permitindo resolver problemas de desnível das ruas e fazendo com que numa qualquer rua as cotas de soleira fossem, por sistema, idênticas) e ainda o aproveitamento do desvão dos telhados (sótãos). As moradias poderiam ser geminadas ou em banda composta por quatro vivendas.

As duas moradias da classe A eram as mais pequenas. Nesta classe, a moradia do tipo II, a mais pequena de todas, possuía dois quartos e a do tipo III possuía três



↓
Vista de canto da cozinha com ilustração do sistema de porta de correr que permitem a abertura total da cozinha para o pátio

quartos. Funcionalmente, ambos os tipos tinham no piso térreo a sala, cozinha e uma instalação sanitária; no piso superior estavam os quartos. As habitações da classe B eram as maiores e destinadas a famílias mais abastadas. Assim, no R/C o programa funcional destas moradias era composto por cozinha, sala de refeições e sala de estar. No caso da moradia do tipo III, tinha ainda um escritório no R/C; no piso superior, para além do espaço de I.S., possuíam, nos dois tipos, três quartos. Aqui, a grande diferença entre o tipo II e o tipo III era principalmente o facto de a segunda ter áreas mais generosas. Já o modelo conceptual de organização era muito parecido e desenrolava-se a partir da distribuição em torno da caixa de escadas.

Na contemporaneidade, já restam poucos residentes que tenham vindo estrear as moradias do BNM. A propriedade destas habitações tem-se dividido entre alguns herdeiros da primeira geração de ocupantes e por um cada vez maior grupo de casais que, adquirindo as casas, elegem este local para aí fazer ou refazer a sua vida. Na realidade, são cada vez mais os novos habitantes do bairro, permitindo uma rápida renovação geracional, mas também colocando usos mais pesados nas discretas moradias sobreviventes. De facto, à medida que a renovação vai acontecendo, vão-se demolindo, em paralelo, muitas das antigas casas, dando lugar a réplicas das anteriores mas com desenho interior e paredes de suporte totalmente diferentes. Ou então, a situações mais radicais onde a linguagem e o aspeto são totalmente adulterados, dando lugar a casas com linguagem e formalização contemporânea. Assim, são cada vez em menor número as habitações que mantêm o espírito e o traçado original, já que aquilo que nos exemplos de transformação se vai garantindo são os alinhamentos das fachadas principais e o cumprimento de algumas regras de sã vizinhança.

¹¹ No artigo 12º, capítulo II, do Decreto-Lei 23053 de 1933 é que foi estabelecido este modelo de classificação por classes e tipos.

Nesse sentido e perante a necessidade de adaptar uma moradia na Rua Gonçalves Zarco, junto ao topo poente da Praça dos Açores, optou-se por tentar manter o mais possível a casa original.¹² Tratava-se de uma moradia da Classe B, Tipo II, que no seu miolo estava relativamente conservada, mas que havia sofrido algumas alterações, quer de ampliação para o exterior, quer de pequenas reorganizações funcionais no interior. Na sua tipologia primitiva tratava-se de uma variante em que o modelo organizativo correspondia ao das moradias do Classe B do tipo III. Ou seja, ao nível do piso térreo, havia sido implementado uma nova divisão, por sacrifício da área única de sala de estar/refeições, criando um espaço suplementar. Em paralelo, já depois de consumada a construção da casa, havia sido implementada uma escada para o sótão, e havia-se procedido ao alargamento na zona da cozinha através da ampliação volumétrica com I.S e vestíbulo para a traseira do lote e, cumulativamente, no limite noroeste do lote, edificado uma garagem. Esta reorganização da moradia foi essencialmente determinada pela dimensão que, na altura, o agregado familiar atingiu, justificando o aumento do número de divisões.

O novo proprietário (um casal com duas filhas) pretendia a maximização do aproveitamento da moradia, tendo definido um intenso programa: R/C (sala de estar, cozinha com refeições, lavandaria, quarto de visitas e I.S.), cave (escritório e arrumos), primeiro andar (dois quartos individuais, duas I.S. de apoio, quarto principal com I.S. privativa e closet) e aproveitamento do sótão como local de estudo. A estratégia escolhida pelos arquitetos para esta aparente dificuldade de cumprir um programa tão intenso foi de, por princípio ignorar as transformações à casa original, ver tudo aquilo que a preexistência conseguia sanar e o que era preciso construir de novo para o satisfazer. Deste confronto resultou um projeto de compromisso entre o respeito pela habitação original e

¹² O projeto foi desenvolvido pelos arquitetos Lucinda Bem-Haja, Vítor Murinho e António Mota.

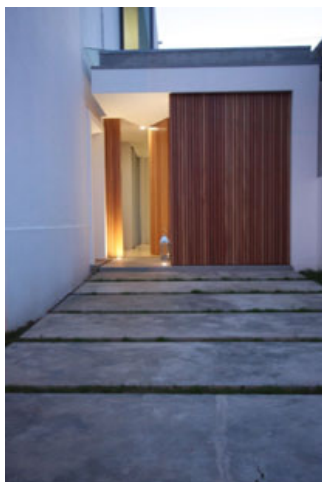
¹³ Purini, Franco, *Compor a Arquitectura*, ACD Editores, Lisboa, 2009, p. 29.

sua compatibilização com nova construção tirando partido de uma linguagem e materialidade mais contemporânea e atual. Este processo obrigou a olhar para a casa e a refletir sobre os novos modos de habitar, a questionar os processos de construção e a encontrar a melhor forma que traduzisse e espelhasse a vontade inabalável de uma família que queria experienciar uma vivência única de um espaço como o BNM. Todo o projeto foi desenvolvido numa contradição aparente do aumento da área de construção e pela intenção objetiva, muito determinada, da existência de uma liberdade traduzida numa perceção de transparência e de ausência de obstruções do campo visual. Na prática, os arquitetos sabem que o projeto é o melhor instrumento para testar qualquer solução, permitindo simultaneamente a simulação de um resultado e a validação de qualquer intenção transformadora.¹³ Daí que todo o processo de investigação e de desenho se focou na capacidade de a casa se adaptar a novos programas funcionais e indagar sobre qual a sua viabilidade de transformação sem, com isso, perder a sua marca identitária.

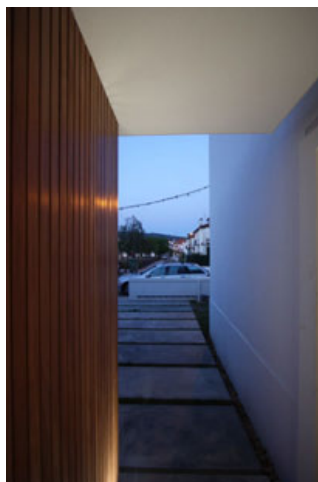
Mais do que rasgos geniais, importava transmitir em construído toda uma série de expectativas, de formas de habitar, de viver e de estar. Para esse efeito, foi desenvolvido o projeto, sem quaisquer constrangimentos formais, sem imposição de modelos e de sujeição a modas ou estereótipos. A proposta desenvolvida parte do pressuposto convincente de respeito pelo preexistente,



Foto de plano de fachada do quarto do primeiro andar com inclinação de planos para o interior, desenhando em negativo um tronco piramidal quadrangular



↓
Entrada da casa, com revestimento a madeira e com ampliação a não tocar na moradia preexistente



↓
Vista das construções da Praça dos Açores, a partir da zona de entrada da moradia

fazendo-se a ligação ao novo programa, no excesso, através de nova construção. O programa foi o mote e a matéria de investigação que, mantendo o *genius loci*, conseguindo resistir a receituários mais evidentes, permitiram encontrar os equilíbrios necessários que se impunham para, no respeito do espírito do lugar, trabalhar o espaço de modo coreográfico, criar uma atmosfera peculiar e específica. A ideia, desde o início, era funcionalizar e construir um lugar que adquirisse identidade e que, física e psicologicamente, desse uma sensação de aconchego e de enorme comodidade. Funcionalmente, maximizou-se ao limite a volumetria potencial da moradia. Assim, optou-se pela inclusão de uma cave – para instalações técnicas e zona de arrumo –, situação que, como já foi referido, era de fácil implementação. Ao nível do piso térreo, era expectativa dos clientes, para além de sala de estar, escritório (que circunstancialmente pode ser usado como quarto de visitas) e I.S. de apoio, a criação de uma cozinha com zona de refeições e um espaço de lavandaria.

A materialidade da construção foi ajudando a trabalhar as sensações. Por exemplo, a madeira junto à entrada deu aconchego a um cais que vai permitir a imersão em espaço de intimidade. Houve, deliberadamente, a preocupação de estabelecer uma harmonia programática desenvolvida através de equilíbrios aparentemente instáveis, como é o caso do corpo balanceado com estrutura em aço e revestimento em OSB/ETICS, que define o quarto principal da habitação, funcionando como espaço coberto e de abrigo exterior para quem está no pátio junto à cozinha. Por outro lado, a leveza estrutural, com pilares em aço e quase impercetíveis no corpo da cozinha, enfatiza os efeitos de leveza e acentua psicologicamente o desafio gravitacional. Na cozinha, o sistema de correr e sobreponível dos vãos possibilita a abertura total deste espaço, favorecendo, nos dias mais amenos, o contacto direto e franco com o exterior. A transparência da zona da cozinha e de refeições, bem como o espaço exterior coberto que prolonga de modo climatericamente controlado as vivências e as funções,

↓
Pátio da moradia, com percepção do efeito de suspensão do corpo do quarto e vista da transparência da cozinha



↓
Foto a partir da zona pavimentado do pátio com vista da cozinha e pátio relvado



permite o uso descontraído de todo um espaço lúdico, desmaterializado, sem fronteiras entre exterior e interior, sugerindo subtilmente um lugar uno e quase contínuo.

A dominância da cor branca, no exterior e no interior, deram a calma, a pacatez procurada e que se impunha perante um dia-a-dia intenso de trabalho muito exigente e normalmente desgastante. O mesmo branco que desmaterializa o espaço e que enfatiza a sensação de amplitude de uma área que, na génese do edifício inicial, era já contido e escasso por natureza. Se a premissa inicial era manter o mais possível o espírito da casa preexistente, as matérias que no contexto do desenvolvimento do projeto se assumiram como primordiais foram a luz e a gravidade. Conjuntamente e de modo muito racional, puseram-se estes dois aspetos em confronto, com complementaridade, resultando um espaço relaxante, intimista e muito acolhedor. A ampliação, enquanto resposta ao programa, foi sistematicamente desenvolvida tentando cumprir um desígnio de máxima transparência e de tentar definir o melhor possível os espaços, possibilitando um efeito de leveza, de desafio da gravidade através da inexistência visível de elementos de suporte. Enfim, houve certamente uma determinação consciente de construir uma solução que

fosse capaz de invocar a Beleza, na certeza que esse é um dos caminhos para se conseguir uma maior felicidade dos homens.¹⁴ A proposta foi um controlo adequado da pulsão de fazer de novo e a disciplina do impulso criativo. O resultado foi a implementação de uma solução equilibrada entre o desejo de criação e o respeito pelo valor do existente, gerando uma enorme empatia com o lugar.

É no respeito pelo património edificado, com o recurso a tecnologias e linguagens contemporâneas na construção nova, que se constrói no presente a arquitetura que torna sustentável e atrativo o espaço urbano. Isso faz com que, permanentemente, a vida se renove nos centros antigos, que se respeite a história, mas também – e sobretudo – se encontre sentido e urbanidade aos espaços e, desse modo, se lhes garanta um futuro ainda mais promissor.

¹⁴ Campo Baeza, *Pensar com as Mãos*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2011, p. 34.



HEMPEL
soluções globais
de pintura
que respeitam
o meio ambiente

HEMPEL (Portugal) Lda.
Vale de Cantadores • 2954-002 Palmela
Telef: 212 351 022/212 352 326
Fax: 212 352 292
Fax directo para encomendas: 212 332 862
E-mail: sales-pt@hempel.com
Website: www.hempel.pt

HEMPEL